

Marasmo sanitário e orquestração do caos social no Brasil

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo: O artigo aborda a conjuntura brasileira sob os efeitos devastadores da COVID-19 sobre nossa sociedade e os dividendos políticos obtidos por essa política de morte que mergulha o país em um marasmo institucional cada vez mais obscuro, doentio e niilista.

Palavras-Chave: Pandemia; Saúde Pública; Autoritarismo; Morte.

Sanitary marasmus and orchestration of social chaos in Brazil

Abstract: The article addresses the Brazilian conjuncture under the devastating effects of COVID-19 on our society and the political dividends obtained by this death policy that plunges the country into an increasingly obscure, sickening and nihilistic institutional marasmus.

Key words: Pandemic; Public Health; Authoritarianism; Death.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

Introdução

Os efeitos da virulência da COVID-19 na sociedade brasileira são devastadores em todas as dimensões. Em decorrência de um péssimo gerenciamento da crise sanitária que perpassa o Brasil, estamos em um grave risco civilizacional que comprometerá o futuro de toda uma geração social. Os altíssimos índices de contaminação e de letalidade decorrentes de uma série de erros estratégicos e de falta de empenho governamental em se adotar medidas enérgicas comprometidas de maneira absoluta com o bem-estar social e com os protocolos de biossegurança comprovam o nosso marasmo gerencial. Não podemos, obviamente, deixar de lado o problema da exaustão do sistema de saúde pública e dos honradíssimos profissionais envolvidos no enfrentamento aos males da COVID-19, que certamente estariam em condições salutaras mais razoáveis se uma maior parcela de nossa população colaborasse mais com os empenhos epidemiológicos e se os poderes estabelecidos estivessem majoritariamente comprometidos com os preceitos republicanos dos quais esperamos cumprimento rigoroso das suas funções.

Percebemos na conjuntura presidencial um desprezo pela vida e pela inerente dignidade da pessoa humana, circunstância que nos leva a acreditar que tamanho desastre sanitário é proposital, seja para satisfazer alguma demanda oportunista da lógica do mercado, seja por algum objetivo político escuso que prospere com a mortalidade da população brasileira ou ainda um projeto pessoal necrófilo e psicopata. Para qualquer pessoa imbuída de senso humanista, é muito difícil manter o equilíbrio emocional perante constantes descabimentos políticos

engendrados, malignamente, por quem deveria zelar pelo bem-estar social independentemente de qualquer ideologia. Todo grande cargo público, em especial o de chefe de executivo, são certamente extenuantes para aquele que o exerce. No entanto, as dificuldades operacionais, obviamente compreensíveis, jamais podem servir de pretexto para o descompromisso institucional com a sociedade brasileira, que aguarda, justamente, medidas eficientes para minorar os prejuízos estruturais causados pela pandemia da COVID-19.

Mercado e política da morte

A combinação entre autoritarismo político e fundamentalismo de mercado faz da morte um evento banal, mera estatística que nega a história de vida de cada um dos inúmeros falecidos em decorrência da COVID-19. O que importa sempre é a rentabilidade financeira, mortos nunca fazem falta para a cadeia econômica do dispositivo ultraliberal, que alça ao patamar da santidade o CNPJ. A vacinação em massa da população, que inclusive é uma condição indispensável para a retomada do apregoado crescimento econômico tão ao gosto do empresariado, é sabotada pelo projeto negacionista do governo federal, que insiste na manutenção desenfreada de toda atividade econômica, inclusive serviços considerados supérfluos, para agradar aos empreendedores do caos. Para quem prioriza o armamentismo social e o reacionarismo religioso em relação ao conhecimento e à atividade científica, nada mais compatível com seu modus operandi tosco e antidemocrático. Concretiza-se assim uma governança que pressupõe mortos e zumbis como sua plateia preferida. Necropolítica absoluta. Melhor seria todo o staff presidencial

estar alojado em um cemitério, espaço mais compatível com sua podridão existencial e seu odor cadavérico que contamina qualquer ambiente. Uma gestão comprometida com a destruição institucional em todas as esferas, com seu desdém pelo luto coletivo que grassa nossa sociedade, não vislumbra construir pontes, casas e praças, mas muralhas e sepulcros. Esses celebradores da morte apenas choram, quando muito, pelos seus pares axiologicamente irmanados. Qualquer outro morto é apenas um número sem sentido e sem valor. Alguém a ser esquecido e desprezado.

Apesar do quadro aterrador na realidade pandêmica no Brasil, muitas pessoas vivem como se não houvesse uma realidade externa de dor, luto, sofrimento, privação. Apesar de todos os riscos sanitários, hordas de diversas classes sociais conduzem suas existências como se tudo estivesse no dito normal, até o momento em que são, quiçá, contaminadas pelo Coronavírus, e aí talvez seja um pouco tarde para qualquer lamúria. Sem esquecermos que muitas pessoas que sofreram na carne os efeitos do Coronavírus e que felizmente se recuperaram continuam apresentando posturas socialmente irresponsáveis ou percepções bastante rasteiras da realidade, ou seja, não vivenciaram uma transformação interior que mudaria a forma como compreendem e interpretam a existência. Festas, baladas, bares lotados, aglomerações insensatas, muitas pessoas pelos fatores individuais mais diversos se aventuram em experiências inadequadas em um período histórico que exige acentuados cuidados epidemiológicos assim como respeito pelas vidas perdidas pela força virulenta da COVID-19. No entanto, esse tipo de comportamento antipático e antissocial é expressão de uma moralidade liberal que

não reconhece a alteridade. Somente aquilo que satisfaz a si mesmo é considerado legítimo, e o indivíduo autocentrado não precisa de modo algum se comprometer eticamente com outrem. Nessas condições, seu autoatribuído direito de gozar a vida não pode ser cerceado por nenhum tipo de contrato social. Só existe o seu ego, tudo o que é fora de si mesmo e não apresenta relevância pragmática para si próprio em seu cálculo individualista de orientação da existência é desprovido de qualquer valor.

Temos assim um novo tipo de “idiota” em nossa realidade decomposta, pois apesar de viver em sociedade e participar razoavelmente de sua estrutura e seus atributos, essa figura autocentrada não reconhece a dignidade do outro, sempre compreendido como um competidor ou um inimigo feroz perante o qual devemos estar sempre armados, um alguém abstrato e sem importância pelo qual não temos qualquer tipo de vínculo humano. Sem pretender cercear a liberdade de expressão de qualquer pessoa, mas considero indecente, em uma atmosfera social de medo e de luto, um usuário da rede social manifestar sua alegria de viver como se sua esfera pessoal estivesse recortada da realidade desgastada que perpassa nossa conjuntura. Isso não significa que devemos chorar constantemente, experimentar o sofrimento psicofísico de maneira ubíqua.

É fundamental que, na medida do possível, resistamos, tenhamos coragem para enfrentar as dificuldades estruturais de uma vida pandêmica, pois a política dos afetos tristes, a política do ódio, depende da degradação psicofísica dos cidadãos. Viver é assim um ato de resistência política, jamais podemos deixar de lembrar disso. Ao mesmo

tempo em que as bravatas de Bolsonaro reclamam pelo retorno ao trabalho independentemente dos riscos sanitários para as pessoas, ao mesmo tempo em que Bolsonaro desdenha das mortes pela COVID-19, o seu projeto de poder lucra com a anomia e a desestruturação econômica que impera em nosso tecido social, gerando sofrimento e desespero para uma grande massa populacional desamparada. Para André Duarte,

Um presidente que opera politicamente segundo o critério da eliminação daqueles que não vivem à sua imagem e semelhança não poderia senão sentir desprezo por qualquer outra vida que não a sua própria e de seus familiares, os filhos em primeiro lugar (DUARTE, 2020, p. 28).

“Só não trabalha quem não quer”, “mais empregos menos direitos”, “não sou coveiro”, “auxílio emergencial é para vagabundos e parasitas”, “infelizmente muita gente vai morrer, lamento”, são diversos os infames enunciados presidenciais que, apesar de publicamente comungar com gente do povo, atua como o mandatário da elite financeira, asséptica, protegida e autoindulgente que não hesita em recorrer aos braços estatais para obter vantagens para si quando a crise alcança suas portas. Os mortos pela COVID-19 são de todas as classes sociais, mas o quantitativo maior está entre os segmentos mais pobres, que se encontra na necessidade cotidiana de se embrenhar em meios de locomoção apinhados de gente, algo bastante insalubre em qualquer conjuntura, sem esquecermos suas precárias condições materiais de vida. A elite plutocrática, em caso de contaminação pelo Coronavírus, está submetida aos mesmos riscos de morte do que a grande massa

social, mas possui recursos financeiros para obter melhor tratamento médico, ainda que toda a estrutura do sistema de saúde esteja colapsada. O plano de saúde, distinção social em um país autoritário e verticalizado, já não garante mais tantas vantagens pessoais. Dessa maneira, chega um momento em que não adianta deter poder aquisitivo para se tratar em melhores condições, exceto se algum magnata empreender algum suborno para obter tratamento especial, desrespeitando a fila de espera. O cinismo ultraliberal é tamanho, aliás, que alguns desses segmentos mais ferrenhos, adeptos de uma cruenta concepção eugenista da sociedade, não se ruborizam por defenderem tal ideia, contra qualquer senso de isonomia republicana. Para Marcia Tiburi,

Um sujeito dessubjetivado pelo fascismo evitará toda angústia pessoal, embora esteja mergulhado nela em nível arcaico. E isso porque a morte não é, para ele, uma alternativa. Ele não lembra que vai morrer. Ele não morre simbolicamente como acontece às pessoas em geral algumas vezes na vida. Ora, o fascista não morre porque não pode morrer. Não morre justamente porque, como confirma sua rigidez, ele já está, de algum modo, morto (TIBURI, 2020, p. 159).

Os segmentos progressistas de nossa sociedade denominam Bolsonaro como “fascista”, “genocida”, dentre muitos outros termos. O uso retórico dessas palavras apresenta uma nítida tentativa de extravasar um descontentamento radical com um tipo de governança que depende do ressentimento social para prosperar e assim confundir o povo com suas ações erráticas. Nosso intuito aqui não é legitimar ou criticar a pertinência axiológica desses conceitos, mas analisar

como a gestão política bolsonarista apresenta conexões com esses termos, antes e durante a devastação pandêmica. A ideologia bolsonarista é armamentista, corporativista, militarista, nacionalista, reacionária, anti-intelectual, negacionista, apresenta tendências irracionais, sem esquecermos suas diatribes contra a “esquerda” e o “comunismo”, inimigos históricos dessa direita xucra, que aliás depende sempre da figura do inimigo, muitas vezes imaginária, para realizar sua técnica de oposição para manter uma espécie de polarização política. Com efeito, para o fascista qualquer tipo de antagonismo é considerado expressão de uma espécie de inimizade ontológica que somente pode ser resolvida com a imposição da força destrutiva. Com efeito, tal como apresentado por Luiz Eduardo Soares,

Os movimentos autoritários precisam apresentar-se como cruzadas morais para definir o outro não como adversário no confronto natural e democrático de posições, mas como inimigo a ser eliminado (SOARES, 2019, p. 207).

Outra característica crucial desse dispositivo reside na intimidação e atuação pela desorganização dos movimentos sociais de base, de modo que trabalhadores fiquem desmobilizados e submissos ao autoritarismo centralizador do poder fascista. A figura emblemática que chamamos jocosamente de “pobre de direita” acredita participar intrinsecamente do sistema autoritário graças aos discursos demagógicos do seu mitificado líder, mas nunca é convidado para se reunir com ele no gabinete do poder. O gado social tira uma selfie com o presidente e assim se considerava elevada ao Sétimo Céu. Trata-se assim, infelizmente, de apenas uma massa de

manobra que ajuda o presidente autoritário a se aferrar em seu cargo, ainda que com suas nódoas nauseabundas e obscuras que entravam as pautas efetivamente importantes para o justo progresso nacional.

O fascismo se reconfigura historicamente e nada o impede de se acoplar em estruturas socioeconômicas aparentemente divergentes. Com efeito, a base original do fascismo era intervencionista na economia, e isso não impediu que a grande burguesia, aparentemente adepta do liberalismo mercadológico, aderisse ao seu projeto repressivo. Por isso é possível tratarmos do fascismo de mercado, que não é apenas um fundamentalismo econômico de submissão da vida social ao poder financeiro-empresarial, mas também a expressão de uma autoritária lógica gerencial que não hesita em criminalizar toda força social insurgente contra a hegemonia política das grandes corporações.

Bolsonaro é acusado de “genocida” por sua contumaz negligência no combate à pandemia da COVID-19, traço de personalidade já evidenciado desde tempos de outrora com sua insistente defesa do legado de morte da Ditadura Militar, com a apologia da tortura, da violência policial, com seu despreço pelos direitos humanos. Genocida não é apenas quem mata ou manda matar milhares ou milhões de pessoas, mas também aquele que deixa morrer igual quantidade de pessoas pelos mais diversos motivos. Aliás, mesmo que a letalidade da COVID-19 fosse bem menor, ainda assim teríamos provas nítidas de negligência sistemática de Bolsonaro no cumprimento das prescrições sanitárias basilares. Continuamente Bolsonaro apresentou comportamento indolente não apenas em

relação aos métodos assépticos mais básicos (incentivando assim entre seus adoradores a imitação desses comportamentos estúpidos que tanto prejudicam as medidas sanitárias como também vituperam contra a dignidade científica), como falseou a gravidade da pandemia para tentar se manter rentável perante um segmento mais tacanho da opinião pública.

A Bolsa de Valores se afeta, tal como uma pessoa-fetichê, por interferências políticas nas empresas, mas se cala diante das mortes pela COVID-19, pelo colapso sanitário brasileiro, pelas mortes de crianças assassinadas pelas tropas policiais. Toda a estrutura financeira apenas anseia pela efetivação da lógica da lucratividade, e esta é separada da vida florescente, da vida singular que deveria se desenvolver sem ser ameaçada por forças brutas ou pela necrofilia gerencial. A Bolsa de Valores é, assim, inimiga da democracia. Conforme salienta Joel Birman,

No combate à pandemia, nas diferentes condições sociais, foi estabelecido o confronto opositivo entre o imperativo da vida e o imperativo da bolsa, que se delinearão no discurso sanitário representados pelas proposições dos chamados “isolamento social horizontal” e “isolamento social vertical”. Dessa maneira, não resta dúvida de que, no contexto pandêmico atual, o discurso da ciência crítica se associou ao primado do imperativo da vida, enquanto o discurso da tecnociência se conjugou intimamente com o imperativo da Bolsa (BIRMAN, 2020, p. 152-153).

Contínuos ataques presidenciais ao nosso estofo republicano e suas instituições em nada afetam o ordenamento financeiro do mercado. O poder judiciário, os

parlamentares e toda nossa boa condução constitucional são compreendidas como obstáculos para um projeto de poder autoritário que é chancelado pelo mundo das finanças, constantemente chafurdado no sangue de pessoas anônimas e inocentes que são repasto para o arbítrio plutocrático. Se uma medida autoritária do líder xucro for favorável ao empresariado, sobe vertiginosamente o preço das ações, para maior satisfação econômica da malta rentista. Estamos no clássico embate entre a Bolsa ou a Vida. Raras vezes a má ação empresarial, como no caso de desastres ambientais ou horrendas violações dos direitos trabalhistas, gera algum impacto negativo no bom andamento da Bolsa. Por isso o fascismo de mercado consegue agradar de maneira tão nítida o mundo das corporações, pois as desregulamentações fiscalizatórias prejudicam enormemente qualquer trabalho técnico de controle sobre os procedimentos regulares dessas empresas. No fascismo de mercado, todos os órgãos reguladores estão completamente aparelhados pela máquina política ao serviço do arbítrio presidencial. Joseph Stiglitz salienta que,

Em resumo, os mercados não solucionarão nossos problemas. Somente o governo pode proteger o meio ambiente, assegurar justiça social e econômica e promover uma sociedade dinâmica e em constante aprendizado através de investimentos em pesquisa básica e tecnologia, que são as fundações do progresso contínuo (STIGLITZ, 2020, p. 266).

Confiamos retoricamente nas instituições republicanas, constantemente ameaçadas pelas forças autoritárias que pretendem se impor pela força bruta e estabelecer um regime ditatorial favorável aos

setores mais atrasados da nossa sociedade. Precisamos apenas ter certeza de que se tais instituições republicanas conseguirem frear uma guerra total e desesperada empreendida por uma figura que sonha em reinar sobre cinzas, mortos e escombros. Conforme apresentado por Sérgio Abranches,

A democracia convive mal com o silêncio. Silenciar diante desse escorregar para fora das regras e da cobertura institucional da democracia é capitular ante as pressões autoritárias por medo ou conveniência. O silêncio é a forma conveniente de conformismo (ABRANCHES, 2020, p. 33).

Se houvesse democracia substantiva em nossa sociedade brasileira, ainda tão atrelada aos vícios organizacionais do clientelismo, do patrimonialismo, do autoritarismo, da ignorância cultural, certamente teríamos uma resposta coletiva mais eficaz para o enfrentamento de uma doença que quebrou nosso já combalido modo de vida em sociedade. Daí a importância do engajamento de todos os corpos e mentes comprometidos com a justiça social e o bem comum para não se sabe quando reestruturarmos nossa ideia de país.

Considerações finais

Estamos em um quadro societário aterrador. Empobrecimento de grande parte de nossa população, atraso no processo de imunização social (crucial para o retorno da pujança econômica-produtiva), desvalorização ideológica da atividade científica e de seus critérios de validação são alguns de nossas mazelas afloradas no colapso pandêmico. Como viemos enfatizando, grande parte da responsabilidade por essa situação-limite decorre da sabotagem presidencial em

relação aos critérios técnicos de imunização, que são medidas impessoais que visam garantir para toda nossa população a segurança sanitária e o seu imediato bem-estar socioambiental. Acredito que toda pessoa sensata anseia em voltar ao estilo de vida de outrora, prostrar-se com seus amigos nos bares, circular socialmente sem restrições, mas para tanto é mister mais um esforço, se quisermos sobreviver. No entanto, a triste política de morte que tanto satisfaz aos desejos desagregativos da direita xucra, sempre agressiva e golpista, são ameaças para um futuro democrático no Brasil, próspero, inclusivo, diverso e mais solidário.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. **O Tempo dos Governantes Incidentais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do Coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

DUARTE, André. **A Pandemia e o Pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. **O Brasil e seu Duplo**. São Paulo: Todavia, 2019.

STIGLITZ, Joseph. **Povo, poder e lucro: capitalismo progressista para uma era de descontentamento**. Trad. de Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Record, 2020.

TIBURI, Marcia. **Como derrotar o turbotecnocratonazifascismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Recebido em 2021-04-14

Publicado em 2021-05-01